

Quarta-Feira, 15 de Janeiro de 2025

Pistola apreendida pela Polícia Civil é confirmada em perícia como arma usada na execução de PM

Crime em pedra preta

Redação

Uma pistola de calibre 9mm apreendida pela Polícia Civil, em março deste ano, durante a Operação Black Stone contra investigados pelo assassinato de um sargento da Polícia Militar, foi confirmada em perícia de balística como o armamento usado na execução do policial.

Djalma Aparecido da Silva, de 47 anos, foi executado no dia 22 de janeiro deste ano, na cidade de Pedra Preta, no sul do estado. Ele foi atingido por disparos no rosto enquanto caminhava na calçada do centro de eventos da cidade.

A arma que passou por exame de balística na Perícia Oficial e Identificação Técnica de Mato Grosso (Politec-MT) foi apreendida com Graciél da Silva Muniz, de 29 anos, principal alvo da Operação Black Stone. Durante o cumprimento dos mandados de prisão e de busca e apreensão, ele reagiu contra as equipes policiais, indo a óbito no endereço onde foi localizado, um prédio de quitinetes próximo à UFMT, em Cuiabá.

Graciél era o principal investigado na segunda fase da investigação conduzida pela Delegacia Especializada de Roubos e Furtos de Rondonópolis e apontado como um dos executores do homicídio do sargento Djalma Aparecido. Com Graciél foram apreendidas duas pistolas de calibre 9mm, uma delas a usada na execução do PM.

O delegado Santiago Rozendo Sanches destaca que a perícia que confirmou o uso da arma apreendida no homicídio do militar reforça ainda mais os elementos probatórios reunidos na investigação.

Operação Black Stone

A investigação da Derf Rondonópolis chegou às identidades dos responsáveis pelo monitoramento e vigilância da vítima, tanto em Pedra Preta, no dia do crime, quanto no município de Alto Taquari, onde o policial militar também prestava serviço. A Polícia Civil identificou ainda os responsáveis pela execução direta do crime e apoio operacional para a ação criminosa.



No dia 25 de março, a operação cumpriu 13 mandados de busca e apreensão e quatro de prisão preventiva contra alvos implicados no assassinato de um policial militar.

O inquérito foi concluído em abril, com o indiciamento de quatro responsáveis pelo assassinato da vítima por homicídio qualificado e integração de organização criminosa. A investigação definiu que o homicídio foi cometido por motivo torpe, resultante em perigo comum; recurso que dificultou a defesa da vítima e praticado contra agente de segurança pública.